

ATOS DA PREFEITA

LEI Nº 2.173

DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o Quadro do Cargo de Diretor Adjunto, acresce Quadros ao Anexo III e altera o Anexo IV, todos da Lei nº 1.081 de 27 de agosto de 2010, com redação dada pela Lei nº 2.167, de 16 de dezembro de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro do Cargo Comissionado do Pessoal Efetivo e o Quadro do Cargo de Diretor Adjunto, de que trata o Anexo III da Lei nº 1.081 de 27 de agosto de 2010, com redação dada pela Lei nº 2.167 de 16 de dezembro de 2021, passam a ser os seguintes:

ANEXO III

CARGO COMISSONADO DO PESSOAL EFETIVO

QUANTITATIVO	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO
02	Superintendente Diretor	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 200% do Professor MG2D
10	Superintendente Adjunto	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 100% do Professor MG2D
10	Superintendente Assistente	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 80% do Professor MG2D

CARGO DE DIRETOR ADJUNTO

QUANTITATIVO	CATEGORIA	VENCIMENTO
10	Categoria A	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 140% do Professor MG2D
10	Categoria B	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 120% do Professor MG2D
20	Categoria C	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 100% do Professor MG2D
20	Categoria D	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 80% do Professor MG2D

Art. 2º Fica acrescido no Anexo III da Lei nº 1.081 de 27 de agosto de 2010, com redação dada pela Lei nº 2.167 de 16 de dezembro de 2021, os seguintes Quadros:

CARGO COMISSONADO DO PESSOAL EFETIVO DE CRECHE

CARGO DIRETOR-GERAL DE CRECHE

QUANTITATIVO	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO
15	Categoria A	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 150% do Professor MG2D
25	Categoria B	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 130% do Professor MG2D
10	Categoria C	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 100% do Professor MG2D

CARGO DIRETOR ADJUNTO DE CRECHE

QUANTITATIVO	CATEGORIA	VENCIMENTO
15	Categoria A	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 70% do Professor MG2D
25	Categoria B	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 60% do Professor MG2D
10	Categoria C	Vencimento do cargo que ocupa com acréscimo de 50% do Professor MG2D

COORDENADOR DE TURNO DE CRECHE

QUANTITATIVO	CATEGORIA	VENCIMENTO
30	Categoria A	Vencimento do cargo de Professor MG1A, com acréscimo de 50%
50	Categoria B	Vencimento do cargo de Professor MG1A, com acréscimo de 40%
20	Categoria C	Vencimento do cargo de Professor MG1A, com acréscimo de 30%

COORDENADOR DE ATIVIDADE DE CRECHE

QUANTITATIVO	CATEGORIA	VENCIMENTO
30	Categoria A	Vencimento do cargo de Professor MG1A, com acréscimo de 50%
50	Categoria B	Vencimento do cargo de Professor MG1A, com acréscimo de 40%
20	Categoria C	Vencimento do cargo de Professor MG1A, com acréscimo de 30%

Art. 3º O Anexo IV da Lei nº 1.081 de 27 de agosto de 2010, com redação dada pela Lei nº 2.167 de 16 de dezembro de 2021, passa a ser o seguinte:

ANEXO IV

ESCOLAS

CATEGORIAS	REQUISITOS
A	Escola com mais de 800 alunos.
B	Escola de 500 a 799 alunos.
C	Escola de 300 a 499 alunos.
D	Escola de 100 a 299 alunos.
E	Escola com menos de 100 alunos.

CRECHES

CATEGORIAS	REQUISITOS
A	Creche com mais de 150 alunos.
B	Creche de 100 a 149 alunos.
C	Creche com menos de 100 alunos.

Art. 4º O cargo comissionado de Assessor Especial de que trata o art. 3º da Lei nº 2.167 de 16 de dezembro de 2021 passa a ter como referência o símbolo CCE-9.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidas pelas dotações consignadas na Lei Orçamentária em vigor, ficando autorizado o Poder Executivo a remanejar, transferir, transpor ou utilizar as dotações orçamentárias necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Saquarema, 29 de dezembro de 2021.
Manoela Ramos de Souza Gomes Alves
Prefeita

LEI Nº 2.174

DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a adquirir uma área de terras, com 397.529,84m², situada no Centro, zona urbana do 1º distrito de Saquarema (antiga área do aeródromo), registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis, na matrícula nº 54871, em nome da União Federal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autoriza-

do a adquirir uma área de terras, com 397.529,84m², situada no Centro, zona urbana do 1º distrito de Saquarema (antiga área do aeródromo), registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis, na matrícula nº 54871, em nome da União Federal.

Parágrafo único. O valor pago pela área será de R\$ 15.780.315,41 (quinze milhões, setecentos e oitenta mil, trezentos e quinze reais e quarenta e um centavos), conforme avaliação de mercado, realizada por setor técnico da União Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão atendidas pelas dotações consignadas na Lei Orçamentária em vigor da data de sua aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Saquarema, 29 de dezembro de 2021.

Manoela Ramos de Souza Gomes Alves
Prefeita

LEI Nº 2.175

DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a conceder, em caráter excepcional, no exercício de 2021, aos profissionais do magistério público municipal em efetivo exercício, um abono no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a título de rateio da sobra financeira dos recursos do FUNDEB.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, em caráter excepcional, no exercício de 2021, aos profissionais do magistério público municipal em efetivo exercício, um abono no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a título de rateio da sobra financeira dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será concedido em cota única, independentemente da quantidade de matrículas do servidor.

Art. 2º O valor do abono não será incorporado aos vencimentos dos servidores para nenhum efeito, bem como não será



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro
Núcleo de Destinação Patrimonial

LIVRO DESTINAÇÃO Nº 10

Fls. 28/31

CONTRATO Nº 12/2021/NUDEP

PROCESSO SEI Nº 10154.121077/2021-55

CONTRATO DE COMPRA E VENDA que entre si fazem a **União Federal**, como Outorgante Vendedora, e o **Município de Saquarema**, como Outorgado Comprador, do imóvel localizado na Rua Roberto da Silveira, s/nº – Centro, no município de Saquarema/RJ, com área de 394.286,701 m², conforme planta de Identificação de Áreas da União em relação ao imóvel denominado Aeródromo de Saquarema/RJ, Matrícula RGI nº 54871, RIP nº 5909.00015.500-2.

As partes entre si justas e contratadas, tendo de um lado como Outorgante Vendedora, a **UNIÃO FEDERAL**/Superintendência do Patrimônio da União no RJ inscrita no CNPJ 00.489.828/0021-07, representada, neste ato, pelo Superintendente do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, **Senhor Paulo da Silva Medeiros**, brasileiro, casado, militar reformado, residente e domiciliado nesta Capital, inscrito sob o CPF nº 063.025.528-85 e RG nº 023134863-2, expedido por Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, emitida em 02/04/1982, nomeado por meio da Portaria ME nº 11, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 32, Seção 2, pág. 15, de 14 de fevereiro de 2019, e delegação de competência para a prática do ato administrativo de entrega de imóveis da União descrita no inciso I, art. 14º, da Portaria ME nº 83, de 28 de agosto de 2019, publicada no DOU nº 170, Seção 1, págs. 10 e 11, de 3 de setembro de 2019, e, de outro lado, como Outorgado Comprador, **MUNICÍPIO DE SAQUAREMA**, inscrito no CNPJ 32.147.670/0001-21, com sede no Estado do Rio de Janeiro, à Rua Coronel Madureira, 77 - Centro - Município de Saquarema, neste ato representada pela Prefeita do Município de Saquarema, a **Senhora Manoela Ramos de Souza Gomes Alves**, casada, portadora da carteira de identidade nº 121502991, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 087.060.077-08, residente e domiciliada em Saquarema/RJ. Nomeada por meio do Termo de Posse em 01/01/2021 na Câmara Municipal de Saquarema, homologado pelo Diploma do Tribunal Regional Eleitoral do RJ, assinado pela Exma. Senhora Leticia de Souza Branquinho, Juíza Eleitoral. E perante as testemunhas, nomeadas no final do presente contrato, foi pela Outorgante, por seu representante, dito o seguinte que:

Cláusula Primeira - a **UNIÃO FEDERAL** declara-se proprietária e legítima possuidora do imóvel situado na Rua Roberto da Silveira, s/nº – Centro, no Município de Saquarema/RJ, com área de 394.286,701 m², objeto da Matrícula nº 54871, registrada no Cartório do Ofício Único de Saquarema/RJ, completamente livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, foro ou pensão, inclusive quaisquer ônus reais ou ações de caráter pessoal reipersecutório que possam de alguma forma prejudicar o negócio realizado pelo presente instrumento, e, por força deste, transmite ao Município de Saquarema toda posse, domínio, direito e ação sobre o imóvel ora vendido, obrigando-se por si a fazer a presente venda sempre firme, boa e valiosa e, ainda, a responder pela evicção de direito, para que do imóvel o Município de Saquarema goze e livremente disponha como seu desta data em diante. O Município de

Saquarema declara aceitar a presente compra e venda nos termos em que é efetivada.

Cláusula Segunda - A União Federal compromete-se a arcar com o pagamento de quaisquer tributos que venham a incidir sobre o imóvel até o momento que antecede o registro deste título aquisitivo.

Cláusula Terceira - o preço da venda é de **R\$ 15.780.315,41 (quinze milhões, setecentos e oitenta mil trezentos e quinze reais e quarenta e um centavos)**, pago à vista, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF(21180704), expedido pela Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, recolhidos no Banco do Brasil nº 001, Agência 2884, cujo comprovantes encontram-se juntados ao processo em epígrafe, pelo que dá ao Outorgado plena, geral, rasa e irrevogável quitação dessa quantia, transferindo, por força deste instrumento, todo o domínio, posse, direito e ação que exercia sobre o imóvel, comprometendo-se a tornar a presente transação sempre boa, firme e valiosa(21297990)

Cláusula Quarta - O presente contrato de compra e venda é definitivo e irrevogável, estando apto a ser levado ao registro imobiliário no Município de Saquarema e deverá ser apresentado a União Federal, exemplar deste instrumento, com comprovante de seu registro do competente Registro de Imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de assinatura deste Contrato, ressalvada em casos de impedimento ou obstáculo apresentado pelo respectivo Oficial de Registros Público nas seguintes hipóteses:

§ 1º impedimento ou obstáculo apresentado pelo Oficial de Registros Públicos, em virtude de irregularidade antecedente à data de assinatura deste Contrato, compromete-se o Município de Saquarema, desde já com a autorização expressa da União Federal, a sanar as pendências apresentadas no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado do término do prazo a que se refere o caput desta Cláusula, prorrogável por igual e sucessivo período a critério da União, de modo que o título venha a ser registrado.

§ 2º Transcorrido o prazo previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula sem que haja resolução dos impeditivos e/ou sanados os obstáculos, o contrato de compra e venda estará rescindido de pleno direito, independentemente de ato especial, responsabilizando-se a União Federal a restituir os valores pagos pelo Município de Saquarema, com as devidas correções.

Cláusula Quinta- que em obediência às determinações contidas no Processo nº 10154.150625/2020-73, fundamentadas nos artigos 23 e 24 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como, na Lei nº 13.240 de 30 de Dezembro de 2015, a **União Federal** vende ao **Município de Saquarema** o imóvel descrito e caracterizado na Cláusula Primeira, visto o Requerimento (18177704) e a Portaria Autorizativa assinada pela Senhora Secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Publicada No Diário Oficial da União - DOU Seção, pagina 61, em 17 de dezembro de 2021 (21168295)

Cláusula Sexta -pelo presente instrumento o Município de Saquarema, Outorgado Comprador, declara expressamente e para todos os fins de direito que está de acordo com as condições acima estabelecidas, assim como as que se seguem:

a) que tem plena ciência das condições, características, estado de conservação do imóvel descrito e caracterizado neste instrumento e conhecimento de que o mesmo está livre e desembaraçado de quaisquer ônus e ou encargos, bem assim, quite de impostos, taxas e demais cominações fiscais, os quais, a partir da presente data, ficam sob a total responsabilidade do Outorgado, inclusive quanto à eventual regularização e desocupação do imóvel, quando aplicável;

b) que são de responsabilidade do Outorgado as providências necessárias ao pedido de registro do presente contrato no Cartório de Registro de Imóveis, que deverá ser solicitado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura deste contrato;

c) que a presente venda é feita *ad corpus*, respondendo a Outorgante pelos riscos de evicção (art. 447 do Código Civil Brasileiro).

d) Declara que tem.

Cláusula Sétima - Fica eleito o foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

Pelo Outorgado tem ciência de que deve apresentar a Certidão Negativa de Tributos Imobiliários expedida

pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o original do comprovante de pagamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI ao competente Cartório de Registro de Imóveis.

E, por assim estarem convencionados e se declararem ajustados, assinam, a Outorgante **União Federal**, e o Outorgado **Município de Saquarema** por seus representantes, com as testemunhas abaixo assinadas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento, lavrado na Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, valendo como escritura pública, de acordo com o artigo 74 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Paulo da Silva Medeiros

Superintendente

Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - União Federal

Manoela Ramos de Souza Gomes Alves

Prefeita

Município de Saquarema

TESTEMUNHAS:

Nome: Gilmar Inacia Brito de Mello- CPF: 995.861.857-53

Nome: Mariane Gomes Amorim - CPF: 664.516.717-20



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Medeiros, Superintendente**, em 03/01/2022, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MANOELA RAMOS DE SOUZA GOMES ALVES, Prefeita Municipal**, em 04/01/2022, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Inácia Brito de Mello, Agente Administrativo**, em 04/01/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Gomes Amorim, Assistente Técnico-Administrativo**, em 04/01/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21425756** e o código CRC **C7A12F0C**.



SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO ACRE
EXTRATO DE COMPRA E VENDA

Processo: 19739.105706/2021-01
Outorgante Vendedor: União.
Outorgada Compradora: STAR MOTOS LTDA.
Objeto: imóvel situado na Rua Via Chico Mendes, n. 1033, Bairro Triângulo Velho - Rio Branco/AC, CEP: 69.906-210, R/P no 013900464 500-8, objeto da Matrícula no 68.459, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Branco.
Fundamento legal: artigos 23 e 24 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como, na Lei nº 13.240 de 30 de dezembro de 2015, com anexo ainda no art. 1º, da Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009.
Assinatura do contrato: Via SEI, 03.01.2022, Livro nº 02, fls. 106/107, da SPU/AC.

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO

PROCESSO: 04985.000158/2019-12
OUTORGANTE: União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União no Amazonas - SPU-AM, do Ministério da Economia.
OUTORGADO: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, CNPJ nº 17.405.600/0002-99.
OBJETO: Termo de Cessão sob o regime de utilização gratuito de uma área de 516,71 m², sendo 488 m², correspondente ao 8º andar (salas, halls e elevador) e 28,71 m² de área comum, no edifício localizado na Rua Marechal Deodoro, 27, Bairro Centro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, R/P nº 0255.01264.500-1.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 18, inciso II, da Lei nº 9.636/98, c/c com o art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e art. 2º, inciso I, alínea "a" da Portaria nº 144/2001.
FINALIDADE: Funcionamento da sede administrativa do IPHAN Amazonas.
SIGNATÁRIOS: Otacilio Ferreira das Neves, Superintendente da SPU-AM; Karla Bitar Rodrigues, Superintendente do IPHAN.
LAVRATURA DO TERMO: Em 23 de dezembro de 2021, Livro nº 05, fls. 67 a 70, SPU-AM.

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE TERMO DE ENTREGA

Processo nº: 19739.106239/2021-29
Outorgante Cedente: União
Outorgado Cessionário: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco
Objeto: Termo de entrega do imóvel localizado na Av. Cais do Apolo, nº 321, no Município do Recife, Estado de Pernambuco, com área de 9.940,39 m² e benfeitorias com 3.306,00 m², no valor de R\$ 11.886.004,20 (onze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e quatro reais e vinte centavos), registrado sob a matrícula nº 124.659, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Recife, cadastrado no SPUnet sob o R/P nº 2531.00525.500-0.
Fundamento legal: art. 77 e 79 do Decreto-Lei nº 9.760/46.
Encargo/Finalidade: A entrega se destina ao funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco.
Lavatura do Termo/Contrato: 03 de janeiro de 2022, às fls. 50 a 53 do Livro nº 17 da SPU/PE.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Processo nº 10154.121077/2021-55.
Vendedora: UNIÃO FEDERAL
Comprador: Município de Saquarema
Objeto: imóvel localizado na Rua Roberto da Silveira, s/nº - Centro, no município de Saquarema/RJ, com área de 394.286,701 m², conforme planta de identificação de áreas da União em relação ao imóvel denominado Aeródromo de Saquarema/RJ, Matrícula RGI nº 54871, R/P nº 5909.00015.500-2.
Fundamento legal: Artigos 23 e 24 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como, na Lei nº 13.240 de 30 de dezembro de 2015.
Data de assinatura do contrato: 03/01/2022.

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Constituição de Aforamento Gratuito.
Processo: 10586.001217/1988-53
Objeto: terreno acrescido de marinha, situado na Rua Álvaro Brito, nº 926, Salgado Filho, nesta Capital, Aracaju/SE, cadastrado sob o R/P nº 3105.0004169-10, devidamente matriculado sob nº 20.967, Cartório do 5º Ofício, 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Aracaju/SE.
Fundamentação Legal: Art. 105, item I, do Decreto-Lei nº 9.760/46, de 5 de setembro de 1946.
Contratante: União Federal.
Foi: Florival Freitas dos Anjos Filho (casado com Sonia Maria Santos Freitas).
Data de Celebração: 25/05/2020.

EXTRATO DE TERMO DE OUTORGA

Processo: 10154.143586/2020-58
Outorgante: UNIÃO FEDERAL
Outorgado: ALBANO DO PRADO PIMENTEL FRANCO
Objeto: Imóvel urbano com área de 139.287,00 m² com área da União quantificada em 10.584,89 m² e fração ideal de 0,01562005, localizada na Avenida Inácio Barbosa, S/N-Quadra A, Lote 21, Cond. Morada da Praia I - OD A Lote 21, Zona de Expansão - Aruana - Aracaju/SE, CEP: 49.009-109.
Fundamento Legal: Lei nº 9.636, de 15/05/1998, D.L. n. 2.398, de 1987 e IN SPU nº 04, de 14/08/2018.
Finalidade: Inscrição de Ocupação para fins Residenciais.
Data da Celebração: 02/07/2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Acréscimo Nº 000002/2021 ao Convênio Nº 894641/2019. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Unidade Gestora 170599, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CNPJ nº 13167551000175. Aumento de contrapartida de R\$ 9.139,26 para R\$13.874,56, conforme Ofício SETUR/GAB nº 181/2021. Valor Total: R\$ 4.735,30, Valor de Contrapartida: R\$ 4.735,30. Vigência: 31/12/2019 a 01/06/2022. Data de Assinatura: 31/12/2019. Signatários: Concedente JOAO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY, CPF nº 09186118730, Conveniente: GUSTAVO REIS FERREIRA, CPF nº 076.156.227-35.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPECIE: Convênio. CONVENIENTES: A UNIÃO, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, representada pela Superintendente da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal, Sra. Rosane Faria de Oliveira Esteves, e o Município de Chapadão das Guimaraes - MT, representado por seu Prefeito, Sr. Osmar Froner de Mello. OBJETO: Os convenientes desenvolverão programa de cooperação técnico-fiscal dirigido ao aperfeiçoamento do planejamento e execução da fiscalização e cobrança dos tributos federais e municipais. VIGÊNCIA: por prazo indeterminado, contado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial da União.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 4/2021

A Comissão Regional de Licitação da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal, comunica a realização de Leilão Eletrônico para Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas, nos termos do Edital CTMA nº 217800/0004/2021.

Mercadorias: Veículos, Caminhão, Motocicletas, Ouro e metais preciosos, Vestuário, Relógios, celulares e acessórios, Notebook, Tablet, artigos de tocador, caixas de som, artigos de informática e componentes eletrônicos, Videogames, Canecas de louças com tratamento para impressão, Peças para máquinas, motos e veículos, Pneus, etc.

Período de Apresentação das Propostas: De 17 de janeiro de 2022 às 08h00 (horário oficial de Brasília) até 07 de fevereiro de 2022 às 18h00 (horário oficial de Brasília).

Pregão com Sessão Pública: Classificação e ordenação de propostas: 08 de fevereiro de 2022 às 09h30, abertura da Sessão Pública para lances: dia 08 de fevereiro de 2022 às 10h00.

Endereço: www.receita.economia.gov.br, acesso ao Centro Virtual Atendimento ao contribuinte (e-CAC), opção de atendimento "Sistema de Leilão Eletrônico".

Clientes: Poderão participar Pessoas Físicas e Jurídicas, portadoras de certificado digital válido de acordo com o item 4 (quatro) do Edital.

Condições de Pagamento: O pagamento deverá ser feito conforme item 9 (nove) do Edital, ou seja, integralmente até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação; ou 20% (vinte por cento) até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação e os 80% (oitenta por cento) restantes no prazo de 8 (oito) dias seguintes, contados da data da adjudicação.

Exposições das Mercadorias: A partir do dia 14/01 a 21/01/2022 e de 31/01 a 04 de fevereiro de 2022, nos locais e horários indicados no Edital.

Edital e informações: No site www.receita.economia.gov.br, na Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém, sito à Av. Marechal Hermes, nº 901, Armazém 09 da CDP, Altos, Bairro do Reduto, Belém - PA, das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, ou ainda pelo telefone (91) 3224-0526 - 3182-9107 - 3182-9018.

Belém - PA, 5 de janeiro de 2022.
ÁLVARO LUIZ PINTO NETO
Presidente da Comissão

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, com fundamento no inciso II do artigo 9º da Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976; no inciso IV do §1º do mesmo artigo, no inciso II e §1º e 2º do artigo 11 da mesma Lei, vem NOTIFICAR a pessoa listada abaixo, que possui débito nesta Autarquia, referente ao não pagamento de multa aplicada pela CVM, pois não foi localizada em seus respectivos endereços, em virtude de insuficiência de suas informações cadastrais ou por se encontrarem em local incerto e não sabido, de acordo com o § 4º do art.26 da Lei nº 9.784/99.

Esta intimação caberá recurso ao Colegiado da CVM, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 11, § 12, da Lei nº 6.385/1976 e do art.16 da Resolução CVM nº 47, de 31 de agosto de 2021. O recurso deverá ser interposto por meio da página da CVM na internet no endereço www.gov.br/cvm, no serviço: Assuntos -> Regulados -> multa cominatória (recurso). O link disponível é: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/regulados/multa-cominatoria-recurso>

Oportunamente, será disponibilizada na página da CVM na internet no endereço www.gov.br/cvm no serviço: Central de Conteúdo -> Central de Sistemas da CVM -> Taxa de Fiscalização e multa -> Pagamento Multa Cominatória a guia de recolhimento da União - GRU, no valor mencionado com vencimento no trigésimo dia após a data de interposição de eventual recurso ou na hipótese de sua não interposição, no trigésimo dia após o termo final do prazo para recorrer, de acordo com o art 21 da Resolução CVM nº 47 de 31 de agosto de 2021. O link disponível é: <https://cvmweb.cvm.gov.br/SAR/FormPesqGRUMULTA.aspx>

A multa não paga no vencimento será acrescida de multa de mora calculada a taxa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento), por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento), a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento, até o dia do pagamento, nos termos do art. 37-A, caput, da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009) c/c art. 61, caput, e §§ 1º e 2º da Lei 9.430/1996, e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo para pagamento, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento, nos termos do art. 37-A, caput, da Lei nº 10.522/2002 c/c art. 61, §3º, da Lei nº 9.430/1996.

